

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>A reforma da previdência social brasileira e a necessidade de observância da segurança jurídica e da previsibilidade</i> Silvio César Arouck Gemaque.....	15
<i>A importância do Juspositivismo na aplicação do Direito</i> Eliana Borges de Mello Marcelo	23
<i>A duração razoável do processo e o dano moral advindo da demora na apreciação dos pedidos de benefícios previdenciários</i> Eliana Rita Maia Di Pierro	55
<i>Os limites do bem-estar no Brasil</i> Flávio Roberto Batista.....	71
<i>Justiça constitucional e litígio estrutural no Brasil: o exemplo dos direitos previdenciários</i> Marco Aurélio Serau Junior	91

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

<i>Responsabilidade civil da administração. ECT. Atraso na entrega. Falta de documentos. Retenção na alfândega. Equipamentos profissionais declarados como presentes. Responsabilidade da remetente. Avarias. Valor declarado. Seguro. Indenização dos danos comprovados. Dano moral. Mero dissabor. Não cabimento.</i> AC 0010504-44.2003.4.03.6110 Desembargadora Federal Consuelo Yoshida	105
<i>Responsabilidade do Estado. Indenização por danos morais. Emissão de CPF em duplicidade. Legitimidade passiva da União Federal. Ausência de comprovação de prejuízos na esfera extrapatrimonial do autor. Reconhecimento de dano moral “in re ipsa”. Impossibilidade.</i> AC 0004531-74.2004.4.03.6110 Juíza Federal Convocada Leila Paiva.....	113

Concurso público. Estágio de adaptação à graduação para sargentos da Aeronáutica. EAGS-B. Reprovação em exame de saúde. Baixa acuidade visual. Miopia. Laudo médico em sentido diverso. Autora satisfaz os critérios de acuidade visual das instruções técnicas das inspeções de saúde na Aeronáutica.

AC 0000557-34.2006.4.03.6118

Desembargador federal Nelton dos Santos..... 120

Ação de cobrança. Prorrogação tácita de contrato administrativo. Prescrição. Inocorrência. Valores devidos pelo uso de área pública.

AC 0002938-44.2007.4.03.6000

Desembargador Federal Fábio Prieto 124

Servidor. Reajuste geral anual. Indenização por omissão. Impossibilidade.

AC 0004280-11.2012.4.03.6002

Desembargador Federal Peixoto Junior127

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas. Investidura em caráter originário. CNPJ. Nova inscrição. Possibilidade.

AMS 0013147-82.2015.4.03.6100

Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra..... 132

Pedido de Suspensão de Tutela. Nova decisão liminar suspendendo os trabalhos de regularização da chamada “Feira da Madrugada”. Validade da concorrência assegurada judicialmente. Paralisação da obra. Prejuízo ao regular cumprimento das cláusulas e prazos relacionados ao contrato de concessão.

SLAT 0000440-78.2017.4.03.0000

Desembargadora Federal Cecília Marcondes137

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ação de usucapião especial de imóvel urbano. Deserção. Prazo para complementação concedido. Parte inerte. Recurso da massa falida. CEF preliminar de ilegitimidade passiva afastada. Posse usucapienda demonstrada pelo autor. Lapsos legais à prescrição aquisitiva.

AC 0010622-98.2004.4.03.6105

Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 145

DIREITO PENAL

Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional. Materialidade e autoria. Comprovação. Dosimetria.

ACr 0008234-03.2005.4.03.6102

Desembargador Federal André Nekatschalow151

Crime contra o Sistema Financeiro. Gestão fraudulenta. Gerente de agência. Caixa Econômica Federal. Exercício concreto de poderes efetivos de gestão. Agente enquadrado no artigo 25 da Lei nº 7.492/1986. Autoria e materialidade. Comprovação. Dolo. Existência. Demais corréus. Participação.

ACr 0009730-53.2007.4.03.6181

Desembargador Federal José Lunardelli.....157

Denúncia caluniosa. Desnecessidade de indiciamento. Materialidade, autoria e dolo comprovados. Sentença absolutória reformada. Perda do cargo

ACr 0006980-05.2008.4.03.6000

Desembargadora Federal Cecília Mello179

Estelionato previdenciário. Artigo 171, § 3º, do Código Penal. Materialidade e autoria delitivas comprovadas. Dosimetria. Redução da pena. Apelação da defesa parcialmente provida.

ACr 0002703-50.2012.4.03.6114

Desembargador Federal Maurício Kato..... 189

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Pensão por morte. Requisitos legais preenchidos. União estável. Qualidade de dependência econômica comprovada. Ex-cônjuge. Rateio. Sentença “ultra petita”.

ApelReex 0000161-49.2009.4.03.9999

Desembargador Federal Luiz Stefanini.....197

Benefício assistencial. Retratação. Artigo 1040, II, do Novo Código de Processo Civil. RE 567.985/MT, 580.963/PR e REsp 1.112.557/MG. Miserabilidade afastada.

AC 0044458-10.2010.4.03.9999

Desembargadora Federal Ana Pizarini.....205

Aposentadoria por invalidez. Prova pericial. Interpretação “contrario sensu”. Adoção das conclusões periciais. Matéria não adstrita à controvérsia meramente jurídica. Ausência de elementos que infirmem o parecer do experto. Valoração do conjunto probatório. Convicções do magistrado. Preexistência da incapacidade. Refiliação tardia.

ApelReex 0044870-04.2011.4.03.9999

Desembargador Federal Carlos Delgado 210

Aposentadoria por tempo de contribuição. Padeiro. Natureza especial das atividades laboradas parcialmente reconhecida. Exposição a calor acima dos limites legalmente admitidos. Agente físico. Possibilidade de conversão do tempo especial em comum mediante aplicação do fator previsto na legislação.

ApelReex 0047160-89.2011.4.03.9999

Desembargador Federal Nelson Porfirio 218

Revisão de benefício. Decadência. Reclamação trabalhista. Salários de contribuição. Majoração. Efeitos financeiros. Termo inicial. Forma de cálculo da RMI. Prévio requerimento administrativo. Desnecessidade. Interesse de agir. Existência. Julgamento em 2ª instância. Artigo 1.013 do Novo CPC.

AC 0005352-72.2012.4.03.6183

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 226

Desaposentação. Renúncia de benefício e concessão de outro mais vantajoso, com o cômputo do tempo de contribuição posterior ao afastamento. Embargos de Declaração. Superveniente julgamento de Repercussão Geral no STF.

AC 0011344-12.2012.4.03.6119

Desembargador Federal Newton De Lucca 232

Juízo de retratação. Revisão de benefício. Aposentadoria de professor. Artigo 1.040, II, do Novo CPC. Decadência do direito à revisão do benefício. Não ocorrência. Fator previdenciário. Constitucionalidade.

AC 0006412-90.2013.4.03.6136

Desembargadora Federal Tânia Marangoni 235

Aposentadoria por invalidez. Adicional de 25% ao benefício. Demonstração da necessidade de auxílio de terceiros.

AC 0001923-03.2014.4.03.6127

Desembargador Federal David Dantas 245

Aposentadoria por tempo de contribuição. Segurada especial rural. Regime de economia familiar. Descaracterizado. Aposentadoria por idade.

AC 0026087-56.2014.4.03.9999

Desembargador Federal Baptista Pereira 248

Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição. Ação rescisória. Artigo 485, V e IX, do CPC de 1973 (art. 966, V e IX, do CPC de 2015). Erro na contagem de tempo de serviço. Erro de fato e violação de lei caracterizados. Requisitos para a concessão do benefício preenchidos no curso da ação.

AR 0018230-46.2015.4.03.0000

Desembargador Federal Toru Yamamoto 256

Salário-família. Apresentação de documentos. Necessidade. Extinção sem mérito.

AC 0026236-81.2016.4.03.9999

Desembargadora Federal Lucia Ursaia 274

Salário maternidade. Empregada urbana. Comprovação da qualidade de segurada à época do parto. Dispensa arbitrária. Manutenção da condição de segurada. Pagamento pelo INSS de forma direta.

AC 0034656-75.2016.4.03.9999

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 277

Auxílio-reclusão. Segurado empregado na data do encarceramento. Não ultrapassado o limite legal para o recebimento do benefício, considerada a última remuneração integral do recluso. Concessão do benefício.

ApelReex 0034913-03.2016.4.03.9999

Desembargadora Federal Marisa Santos292

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Retratação. REsp 1.401.560/MT. Representativo de controvérsia. Devolução dos valores recebidos por força de decisão judicial de antecipação dos efeitos da tutela.

ApelReex 0046896-72.2011.4.03.9999

Desembargador Federal Paulo Domingues299

Embargos à Execução. Pensão por morte. Concessão. Implantação administrativa. Valores pagos. Sem reflexo nos honorários advocatícios. Direito autônomo do advogado. Tese consagrada no Novo CPC.

AC 0001883-16.2013.4.03.6140

Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias 301

Mandado de Segurança contra ato da Vice-Presidência do TRF da 3ª Região. Inadmissibilidade de Recurso Especial. Coisa julgada material superveniente. Perda de objeto.

MS 0030311-27.2015.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta305

Ação Cautelar. Antecipação de penhora. Certidão de regularidade fiscal e CADIN. Escritura de cessão de precatório judicial. Reclamação trabalhista. Sindicato dos trabalhadores em educação de Roraima - SINTER. Ineficácia da garantia.

AC 0000172-13.2016.4.03.6126

Desembargador Federal Carlos Muta 319

Ação de Consignação em Pagamento. Protesto de CDA. Possibilidade. Aplicação da Lei nº 12.767/2012.

AI 0003720-91.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Marcelo Saraiva.....323

Agravo Interno (artigo 1021 do CPC/2015) contra concessão de efeito suspensivo em Apelação do Ministério Público Federal. Indisponibilidade de bens em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa. Tutela de evidência.

SusApel 0010681-48.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Johansom Di Salvo.....328

Agravo Interno. Incidente de Uniformização de Jurisprudência, atualmente denominado Incidente de Assunção de Competência. Decisão que inadmitiu o processamento do incidente: não preenchimento de requisito de admissibilidade. Inexistência de divergência entre as Turmas deste Tribunal.

IAC 0011703-44.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Hélio Nogueira333

Agravo de Instrumento. Reintegração de posse. Invasão coletiva. Audiência de mediação.
 AI 0015873-59.2016.4.03.0000
 Desembargador Federal Souza Ribeiro340

Cumprimento de sentença. Redirecionamento ao sócio. Inadmissibilidade na espécie. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica não instaurado. CPC/2015.
 AI 0015905-64.2016.4.03.0000
 Desembargador Federal Wilson Zauhy343

Competência. Juizados Especiais Federais. Justiça Estadual. Comarca de domicílio do segurado abrangida por circunscrição de foro federal.
 AC 0033076-10.2016.4.03.9999
 Desembargador Federal Gilberto Jordan346

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Mandado de Segurança. Suspensão de atividade de advogado. Legitimidade ativa da OAB. Índícios da prática delituosa.
 MS 0012482-96.2016.4.03.0000
 Desembargador Federal Nino Toldo 351

“Habeas Corpus”. Prisão administrativa de estrangeiro para fins de expulsão. Legalidade. Audiência de custódia. Cabimento. Convenção Americana de Direitos Humanos.
 HC 0018816-49.2016.4.03.0000
 Desembargador Federal Paulo Fontes356

Exceção de Suspeição Criminal. Alegação de parcialidade no julgamento de Apelação Criminal. Intempestividade. Alegações de impedimento e suspeição devem ser formuladas antes da análise do mérito no julgamento do recurso. Garantia do princípio da segurança jurídica.
 Suspei 0021621-72.2016.4.03.0000
 Desembargador Federal Mairan Maia363

DIREITO TRIBUTÁRIO

Imposto de renda sobre diferenças salariais percebidas acumuladamente. Incidência. Regime de competência. Tributação incidente sobre os juros de mora.
 AC 0000440-22.2005.4.03.6104
 Desembargador Federal André Nabarrete369

Subfaturamento de importação. Infração à legislação aduaneira. Preço praticado no mercado internacional e certificado por órgãos oficiais de comércio exterior. Valor correspondente à realidade da transação. Anulação da perda de perdimento e inexigibilidade de multa.
 AC 0003296-17.2009.4.03.6104
 Desembargador Federal Antonio Cedenho.....384

Imposto sobre a renda. Bem imóvel recebido por herança. Alienação. Ganho de capital. Incidência.

AC 0005442-23.2012.4.03.6105

Desembargador Federal Nery Júnior.....389

Mandado de segurança. Contribuição previdenciária substitutiva incidente sobre a receita bruta. Lei nº 12.546/2011. Pedido de exclusão dos valores referentes ao ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

ApelReex 0002216-49.2014.4.03.6134

Desembargador Federal Valdeci dos Santos.....393

Corretoras de seguros. Inaplicabilidade do artigo 18 da Lei nº 9.718/1998. Não equiparação a instituição financeira.

AMS 0008506-36.2015.4.03.6105

Desembargadora Federal Mônica Nobre398

SENTENÇAS

Ação Penal. Concussão. Inserção de informação falsa em documento público. Agentes da polícia federal. Realização de visitas clandestinas. Intimidação de empresário do setor de comércio de combustíveis.

0009384-40.2010.4.03.6103

Juiz Federal Tiago Bitencourt de David409

Exceção de pré-executividade. Prescrição de créditos tributários. Inaplicabilidade do artigo 240 do Novo Código de Processo Civil. Ilegitimidade passiva. Prescrição para o redirecionamento da cobrança ao sócio. Matéria submetida ao rito dos recursos repetitivos.

0004750-21.2011.4.03.6182

Juiz Federal Renato Lopes Becho 419

Embargos à Execução Fiscal. Desconstituição de ato administrativo de lançamento fiscal. Tomadora de serviços de empresas prestadoras que se encontram sob regime de tributação diferenciada: SIMPLES.

0004305-88.2013.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite429

Ação Penal. Contrabando. Mercancia de expressiva quantidade de cigarros de procedência estrangeira. Distribuição no camelódromo de Campinas. Organização criminosa de grande poder econômico e estrutura logística. Quadrilha ou bando. Lavagem de capitais. Envolvimento de agentes da segurança pública.

0002997-90.2016.4.03.6105

Juíza Federal Valdirene Ribeiro de Souza Falcão438

Mandado de Segurança. Portaria nº 3.233/2012 do Departamento da Polícia Federal. Pleito de homologação e registro de certificado de curso de vigilante com data retroativa. Negativa sob argumento de existência de processo criminal instaurado contra o requerente em contexto de violência doméstica. Necessidade de avaliar se os registros de vida pregressa denotam incompatibilidade com os atributos do cargo de vigilante.

0006385-53.2016.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert456

Mandado de Segurança. Importação de amostras de queijos da Hungria. Produtos não armazenados adequadamente por ocasião da chegada no aeroporto. Deterioração da carga. Imposição de devolução das mercadorias à origem pelo Ministério da Agricultura. Requerimento de destruição no próprio aeroporto. Recusa do governo em receber a devolução em razão de risco de segurança alimentar. Descabimento da suspensão da habilitação de exercício de comércio exterior.

0006641-96.2016.4.03.6119

Juíza Federal Caroline Scofield Amaral 461

Inquérito Policial. Crime praticado durante a ditadura militar. Denúncia contra médicos legistas por declaração falsa em laudo de exame necroscópico com o fito de assegurar a ocultação e impunidade de crime de homicídio praticado por agentes do DOI-CODI em 1976. Lei de Anistia.

0011715-42.2016.4.03.6181

Juiz Federal Silvio César Arouck Gemaque468

Ação Civil Pública. Suspensão do domínio do sítio eletrônico “Brasil Pet Shop”. Ofertas de animais silvestres sem prévia autorização por órgãos de controle ambiental. Marco civil da internet. Provedor de aplicação. Responsabilidade pela oferta de produtos ilícitos.

0017292-50.2016.4.03.6100

Juíza Federal Denise Aparecida Avelar 481

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região489

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região 493